

ENTREVISTA

Pensando a democracia brasileira: eleições, mídias sociais e *fake news*

Eleonora Schettini Martins Cunha¹

REVICE: Gabriel Afonso Campos² | João Victor Moura de Medeiros³ | Raquel Cristina Possolo Gonçalves⁴ | Yago Condé Ubaldo de Carvalho⁵

Como citar esta entrevista: CUNHA, Eleonora Schettini Martins. Pensando a democracia brasileira: eleições, mídias sociais e *fake news* (entrevista). **Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte: v. 4, n. 1, e12578. ISSN: 2525-8036.

Realizada em 05.04.2019

Publicada em 21.05.2019

REVICE: *A partir da nossa experiência eleitoral de 2018, como o uso de redes sociais, bem como a veiculação de fake news e a comunicação direta entre eleitor e candidato interfere na forma de fazer política e na prática democrática representativa?*

ELEONORA: O uso de tecnologias, de modo geral, é um fenômeno muito recente na Política, se considerarmos o tempo da História da Política. A partir dos anos 2000, vimos uma interação virtual mais forte e, de modo crescente, temos observado o uso da internet. Até muito pouco tempo, a televisão e o rádio possuíam um papel principal nos processos de comunicação de massa.

O que eu percebo como importante nessa mudança do uso das tecnologias é justamente a interação entre os indivíduos. Até então, todo o uso da tecnologia de comunicação consistia em pessoas falando para massas. O cenário atual, contudo, pode ser percebido de maneira positiva e negativa. Positivamente, a possibilidade de interação mais direta entre eleitores e candidatos sempre foi vista como um potencial importante para renovação da legitimidade democrática. A possibilidade de as pessoas falarem direto com os seus candidatos e de os próprios candidatos darem retorno do que eles têm feito, ou, já depois

¹ Professora aposentada do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Graduada em serviço social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestre e doutora em Ciência Política pela UFMG.

² Graduado em Ciências do Estado e mestrando em Direito pela UFMG.

³ Graduando em Ciências do Estado pela UFMG.

⁴ Graduada em Letras e em Direito e mestranda em Direito pela UFMG.

⁵ Graduado em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mestre e doutorando em Direito pela UFMG.

de eleitos, poderem realizar consultas aos seus eleitores... De modo geral, havia uma expectativa muito positiva dessa interação quase que cotidiana, e alguns políticos souberam fazer isso muito bem. Há, hoje, uma gama enorme de políticos que, virtualmente, direcionam mensagens, participam de grupos, prestam contas do que fazem. Há uma perspectiva interessante de resgatar uma relação entre eleitores e candidatos ou políticos que, a princípio, estava se perdendo na forma como a democracia representativa tradicionalmente se organizava. Inicialmente, houve uma expectativa positiva quanto a essa mudança.

Entretanto, desde a eleição de Donald Trump, começamos a perceber um outro lado dessa interação, que passa a preocupar quem tem alguma expectativa em relação a esse novo uso das tecnologias. Primeiramente, porque se tem uma forma de interação que não é mediada. Isso pode gerar muitas informações não qualificadas e, mais do que isso, informações inverídicas – as *fake news*. Quando se tem uma informação mediada, a pessoa que não tem conhecimento pode ouvir a mesma informação com o comentário de uma ou outra pessoa, mas dessa forma [imediata] ela não tem como contrabalançar a informação.

Outro risco envolvido nisso tem a ver com as nossas capacidades cognitivas: como é que se interpretam determinados assuntos, notícias e informações? Certamente, algumas pessoas vão interpretar melhor, entender melhor e outras não. Com isso há um risco em se utilizar mensagens muito curtas (os *memes*, por exemplo), contundentes e com interpretações variadas.

Corre-se um risco grande, quando há essa interação muito pessoal e sem nenhum tipo de mediação, de fortalecimento do populismo, porque, com isso, partidos não fazem mediação, a mídia, de modo geral, também não faz isso, e o jornalismo mais investigativo, que se tinha antes e talvez um pouco mais preparado para fazer essa nuance da informação, também não o faz. E o risco dessa relação direta é você não saber mais para onde essas comunicações irão. Por isso, me preocupa, hoje, o ponto em que as coisas chegaram, mas principalmente, porque, nesse processo que a gente observou que começou na eleição americana, mas que se reproduziu na nossa eleição, temos visto uma polarização na sociedade. Essa polarização está sendo muito bem explorada nesses processos de comunicação, reforçando uma forma populista de fazer política, que é colocar as pessoas como amigas ou como inimigas. Isso estimula um tipo de relação que, para as democracias, é absolutamente perigosa: há perda da capacidade de respeito, de tolerância, de argumento, colocando as pessoas sempre umas contra as outras.

Ainda há um outro agravante, que também começou com a eleição do Trump: o fato de essas informações estarem sendo produzidas em pontos do mundo e de não termos nenhuma ideia sobre quem as produz e quais seus objetivos com isso, inclusive econômicos. Como vamos lidar com isso? A Ciência Política e a Comunicação estão estudando isso desde muito recentemente, estamos tendo que aprender como lidar com isso. De toda forma, me parece que são processos arriscados. Vamos ver o que o futuro irá nos dizer.

REVICE: Quais os benefícios obtidos com essa participação através das redes sociais? Podemos falar que o cidadão consegue pressionar seu candidato de forma mais incisiva, o que acarretaria o surgimento de um cenário de maior controle em detrimento daquele no qual “quem está eleito faz o que quiser”?

ELEONORA: Precisamos pensar o instituto do mandato representativo, em primeiro lugar. Ao longo do desenvolvimento do governo representativo, da democracia representativa, foi-se construindo a ideia de que os mandatos são livres, diferentemente de como eram anteriormente isto é, imperativos: a pessoa escolhida tinha que fazer necessariamente aquilo que os seus eleitores demandavam. Entretanto, o mandato representativo livre precisa não apenas da autorização para que seja exercido, como também do retorno, para que as pessoas possam acompanhar e, de certa forma, avaliar o desempenho desses eleitos.

O que me preocupa nesse processo é a questão: representação de quê? Até então, tínhamos como mote a ideia de que os grupos de interesse teriam seus interesses representados por esses eleitos. Com isso, localizam-se grupos que vão acompanhar seus eleitos e os seus candidatos. A questão é que, hoje, quando vamos pensar a representação, a representação de interesses é apenas uma das possibilidades que existem. Há uma grande discussão sobre representação de perspectivas: por exemplo, como as mulheres se colocam, qual o ponto de vista das mulheres; ou determinadas ideias, como a de defesa do meio ambiente, que não está localizada necessariamente em nenhuma pessoa ou grupo, e como isso se insere nessa relação com os que representam a população.

Dessa maneira, também é um desafio entendermos isso hoje, porque essas pessoas continuam tendo mandado livre e, a princípio, representam a todos, mas elas têm aspectos e pontos com os quais se identificam mais - e, com isso, também trazem eleitores para si. A pessoa que defende a pauta da segurança pública, por exemplo, provavelmente vai atrair eleitores que vão estar identificados com isso. Como fica essa relação? Isso é algo que estamos tentando entender. Até então, as relações eram partidárias, ideológicas e, assim,

ficavam mais fáceis de serem localizadas. Hoje, um mesmo representante fala por diferentes pontos de vista: ele fala na questão ambiental, mas também pode estar falando na questão das mulheres, ele pode estar representando os interesses de um partido ou não *etc.* É uma pluralização importante – e temos que lidar com ela –, pois nossa sociedade hoje é plural. Mas quando pensamos relação entre eleitos e eleitores, vemos que ela se complexificou muito nos últimos tempos. Toda a possibilidade de interação é importante, ela tem que ser valorizada, mas ainda precisamos entender melhor como esse novo processo ocorre.

REVICE: Podemos dizer que essa relação com o candidato está ficando cada vez mais personalista?

ELEONORA: Sem dúvida, cada vez mais! E fico pensando o que os estudiosos do populismo têm a dizer... Essa é uma área da Ciência Política que vem crescendo muito nos últimos quatro anos, exatamente para tentar entender essa ascensão do conservadorismo no mundo. Porque temos identificado, não só no Brasil, uma ascensão de partidos, de ideias, de pessoas, de líderes que trazem ideais tão conservadores que podem gerar um tipo de governo autocrático. Assim, uma das características que podemos identificar como potencialmente geradora de governos autocráticos é esse populismo baseado no personalismo, nessa relação direta entre o político e a pessoa, na qual as pessoas vão criando uma espécie de imagem desse líder como se fosse ele o salvador. A palavra “mito”, nesse sentido, é seríssima.

Ademais, devemos tentar entender como essa forma de pensar o mundo se distancia do fascismo, como uma ideologia própria do início do século passado, mas também se distancia do liberalismo, como se ela fosse um meio termo entre ambos. E, além disso, como a ascensão desses novos líderes conservadores está se dando por meio da democracia: são os próprios procedimentos democráticos que estão gerando esses políticos. Então, de modo geral, uma das características dessa ascensão é essa relação pessoal da identificação do indivíduo com o líder: um líder que vem das camadas comuns e que não é uma pessoa com grande sabedoria. Não se trata daquela ideia elitista de liderança, mas de alguém com quem as pessoas se identificam. Então, essa relação personalista é muito preocupante, porque se perde a noção da coletividade, do bem comum, que é, simplesmente, o quanto eu me identifico com o outro.

REVICE: Saindo do contexto brasileiro, podemos pensar que, tradicionalmente, algumas democracias foram tidas como um modelo consolidado ao qual deveríamos imitar.

No entanto, tais democracias também estão entrando em crises. Como a Ciência Política tem lidado com isso?

ELEONORA: De modo geral, o regime democrático nunca foi percebido como definitivo. A possibilidade de o regime democrático degenerar em outra forma de regime tem sido discutida desde a Antiguidade. Mas o que se observa é que a democracia teve uma certa estabilidade, uma certa expansão no globo, principalmente a partir do pós-Segunda Guerra. Ali tivemos alguns fatores muito interessantes, e talvez um dos principais tenha sido o desenvolvimento econômico, que foi contínuo, progressivo, e as pessoas foram se sentindo mais incluídas e, assim, foram legitimando a democracia, identificando com o regime democrático os avanços e conquistas da época.

O que se observa, desde 2008, quando teve início a grande crise econômica com a qual estamos convivendo até hoje, é que as perdas sociais e econômicas, principalmente das classes médias, têm sido permanentes. E alguns estudiosos vão afirmar que essas perdas começam a ser identificadas com a democracia. Regimes democráticos não estão dando conta de resolver as questões de redistribuição. Só que sabemos que não é o regime democrático em si que produziu isso, mas sim as escolhas econômicas advindas das escolhas políticas. Portanto, como evidenciar que as escolhas democráticas redundaram em escolhas econômicas que levaram à falência do Estado ou que levaram a opções econômicas de redução do tamanho do Estado e que prejudicaram as comunidades? Esse é o grande desafio. Para alguns pensadores, a retomada dessa preocupação com a redistribuição seria uma forma de retomar também a valorização da democracia.

Um outro ponto que alguns estudiosos também levantam relaciona-se com o multiculturalismo. O componente democrático do regime teria uma permanente preocupação com a inclusão das pessoas na comunidade política. Essa comunidade política, por sua vez, se diversificou e pluralizou muito. Determinados temas que antes ficavam restritos ao âmbito da vida privada vieram a público e vieram demandar ações políticas. Então se, por um lado, essa pluralização mostra uma intenção por maior inclusão, por outro, ela gerou muita controvérsia e disputa, na esfera pública, sobre os caminhos políticos e sociais que têm que ser trilhados para a resolução desses temas que vieram à tona. As democracias, de modo geral, não estão sabendo lidar com essa pluralidade, nem o próprio sistema de representação. Continuamos insistindo na representação partidária, por exemplo, como a melhor forma de representação. Além disso, poucos são os países que incluíram nas suas constituições a questão da

diversidade étnica, e temos muito pouca experiência sobre isso. Essas questões têm sido um tensionamento permanente da democracia contemporânea.

Além disso, países, principalmente europeus, que tiveram de se haver com o seu passado estão tendo mais dificuldade ainda de lidar com isso. Há países, por exemplo, que decidiram estabelecer algum tipo de justiça em relação aos países que eles colonizaram: aceitaram a imigração, fizeram uma série de programas internos de afirmação desses imigrantes, como universidades com vagas reservadas para pessoas que vêm de ex-colônias *etc.* Isso gerou uma insatisfação muito grande porque coincide, exatamente, com a crise econômica, quando as pessoas começam a perder seus empregos. Uma crise econômica forte, com dificuldades de manutenção de emprego, um Estado que mal consegue se sustentar financeiramente, e ainda uma leva de imigrantes ou refugiados... Isso vai despertando um sentimento nacionalista que pode levar a rupturas e fracionamentos sociais importantes, o que constitui outro risco para democracia.

A solução para isso, alguns dizem, seria a importância de se repensar as formas de representação política para incluir os diferentes atores e diferentes segmentos, para terem oportunidades de participar das decisões desses países. Acho difícil isso acontecer, dada a polarização que está se instituindo também no campo político, de inimigos e amigos, e aqueles diferentes acabam sendo tomados como inimigos somente por sua existência.

Um terceiro viés de análise tem associado essa crise da democracia com o próprio processo de globalização, o que não é novo. Se formos pensar a globalização na sociedade ocidental, ela está aí desde o século XV, mas se intensifica muito recentemente e com algumas características importantes. Primeiro, a globalização econômica, um rearranjo no sistema mundo, onde os países passam a se localizar cada vez mais de forma periférica e, concentrando em alguns poucos, a hegemonia econômica. Vai se criando, em alguns países, a sensação de que “quanto mais isolado, melhor”. Resguarda-se o mercado, o emprego, a moeda e, de novo, o nacionalismo aparece como uma estratégia de sobrevivência de algumas economias.

Por outro lado, temos o avanço das redes, e temos toda uma implicação, no campo, por exemplo, das finanças, a volatilidade do mercado financeiro, que ninguém consegue controlar e não há nenhum país que o consiga. Não há nenhum país que tenha condições de controlar o funcionamento do mercado, o que causa uma insegurança enorme nos governantes e que tendem a criar recursos para beneficiar uma elite econômica, na hipótese de que esta irá trazer benefícios para o desenvolvimento do país. A gente vê isso claramente no Brasil: há

determinadas elites econômicas com as quais você não mexe e que estão sempre beneficiadas. Realiza-se um conjunto de medidas que prejudica fortemente os trabalhadores, mas não se mexe com algumas elites econômicas, pois é onde o Estado tem recurso.

A mesma questão das redes a gente observa nas interações entre as pessoas: começa a haver uma troca muito intensa de mensagens, mas que nem sempre são mensagens positivas com relação à própria democracia. Da mesma forma que temos facilidade muito grande de manter contato com pessoas que moram em diferentes países do mundo para trocar ideias sobre tudo, o que é positivo, nós também temos as trocas que podem ser prejudiciais à democracia. Verificamos que, quanto mais entendemos como funciona o submundo da internet, mais vemos que não há controle sobre ela, e isso assusta: vemos como os extremistas se reproduzem, como uns ensinam para os outros, por exemplo. Então, há, hoje, a discussão sobre o controle da internet, algo que era impensável há dez anos.

Tudo isso são ameaças reais à democracia: é uma crise que envolve muitos aspectos.

Especificamente, algo que nos interessa é a chamada *crise da representação*. Se existe um conjunto estrutural de condições, falando dos condicionantes democráticos, também há, dentro do próprio campo político, uma crise de representação que não podemos negar, e que, talvez, seja gerada pelo distanciamento entre os partidos e suas bases, no que diz respeito à forma de fazer política, com um outro agravante, algo próprio da cultura política, que é uma adesão cada vez mais frágil, alertada por alguns autores, das novas gerações à democracia. Parece que, a cada nova geração, a adesão à democracia é menor em relação às anteriores. Não sei o que isso pode gerar. Entretanto, de modo geral, esses jovens não se sentem representados, não conseguem identificar representantes e, ao mesmo tempo, não acreditam na democracia como uma forma de governo interessante. Então, no campo da própria democracia, temos problemas e vamos ter que descobrir essas soluções juntos, e, como em todo projeto democrático, as soluções não são dadas *a priori* e nem são universais: o que a podemos encontrar como solução para a democracia brasileira não necessariamente funcionará para a moçambicana, por exemplo, ainda que falemos a mesma língua e tenhamos a mesma tradição de sermos antigas colônias de Portugal. São desafios verdadeiros e o risco de as democracias findarem está dado: não podemos ignorar e ficar sem fazer nada, Manuel Castells fala que aqueles que acreditam na democracia possuem o compromisso de lutar por ela, nas diferentes frentes e espaços, pois a tendência é, se não fizermos nada, que ela se degenere.

REVICE: Alguns candidatos foram eleitos com base num discurso de ataque à velha política e vendendo uma nova forma de se fazer política. Como esse discurso pode ser compreendido? De fato, é uma nova forma de se fazer política? Se sim, como desvincular as ideias de negociata e negociação?

ELEONORA: Essa é uma questão importante. *Velha política e nova política* é um discurso midiático fortíssimo. Isso tem um efeito importante, e as pessoas se apropriaram desta imagem, mesmo que vazia de conteúdo. Tudo que tenho lido não me diz o que é a nova política! Parece que se tem uma intenção de honestidade, de se fazer uma política mais próxima das pessoas, um Estado que funcione de forma mais correta, que seja eficaz e eficiente, mas são impressões, pois ninguém chega e nos diz o que é a nova política. Se as pessoas estão adotando um conceito, elas precisam clarificá-lo para podermos aderir a ele ou não. A sensação com a denominada velha política era tão negativa que o termo ganhou espaço.

Hoje, a política é feita - aliás, ela sempre foi feita assim - à base de emoção. A racionalidade da política hoje é discutida, inclusive alguns autores estão pesquisando sobre a emoção na política, como as pessoas abriram mão da racionalidade (ou da razoabilidade, nos termos de Rawls) para fazer uso da emoção para bem ou para o mau.

Então, de que velha política estamos falando? São as características do sistema político brasileiro? É o patrimonialismo, próprio da nossa formação cultural, que geram relações clientelistas, que geram todo um processo de apadrinhamento? É a forma como se constrói acordos? Então o que é a velha política? O que as pessoas dizem que ela é?

Parece-me que estão vinculando a tal da velha política à corrupção e ao caixa dois. Mas não é só isso, precisamos pensar o conjunto de características do mundo político brasileiro que poderia ser encaixada na velha política. As oligarquias que continuam tão fortes, de modo geral, o insulamento burocrático, áreas do Estado que não dialogam em momento algum com a sociedade, isso tudo pode ser velha política, não só corrupção, não só caixa dois.

Há ainda uma última questão, que é a política se a pensarmos como uma ação humana, que visa a estabelecer alguns acordos sobre a vida em comum, acordos que podem gerar regras e leis, que permitem à sociedade viver razoavelmente em paz. A alternativa a não fazer política é manter a ordem e a paz por meio de ações violentas, um outro risco que temos quando ouvimos sobre a nova política, como se houvesse um processo de criminalização da política, como se fazer política fosse algo negativo. Então, a alternativa é tecnocrática?

Vamos tomar decisões sobre o bem comum a partir das ideias de especialistas? Essa é uma questão importante: a política tem seu lugar e ela fica potencialmente complexa quando temos um sistema político com muitos partidos, como o Brasil, onde conseguir maiorias para governar sempre demandou articulação entre partidos. Se as articulações eram feitas com base em barganhas monetárias, trocas de favores, ocupação do Estado por determinados grupos, e a nova política pretende que não seja mais assim, ela precisa nos dizer então como irá construir maiorias. É possível fazer política sem barganha? Eu acho que não, contudo isso depende do que estamos barganhando. Alguns autores vão nos dizer que as barganhas fazem parte do acordo político. Pode-se barganhar prioridades, por exemplo: a prioridade do executivo é uma lei anticrime, e a do legislativo é a (des)regulamentação do agronegócio; bem, então vamos colocar na pauta as prioridades que serão votadas, não precisamos negociar cargos, não precisamos negociar nada, apenas prioridades; então, os acordos são feitos com base na barganha. O que está sendo barganhado é importante. Se, antes, era algum tipo de poder econômico advindo da corrupção, hoje, pode ser o interesse da sociedade, o interesse de determinados grupos: vamos colocar como primeira condição da barganha o número de pessoas que serão beneficiadas por tal lei, e as que tiverem mais pessoas a serem beneficiadas, terão o primeiro lugar na pauta. O que não consigo entender, ainda, - e parece que o governo está acordando pra isso agora - é como construir maiorias. A forma antiga não era legal, sabemos disso, mas sustentou os governos democráticos de 1988 até 2015. Entretanto, não sustenta mais, e precisamos colocar algo no lugar, porque a alternativa a tudo isso é um governo autoritário pra construir a maioria, dado que ele mesmo já fez a maioria. Isso é outro risco que, recorrentemente, passamos por ele, que é a constituição de governos autoritários para dar encaminhamentos a questões que determinados grupos acham relevantes. De modo geral, a velha política e a nova política, no imaginário, são conceitos fortes, mas que ninguém ainda os colocou como conceitos propriamente ditos para podermos, inclusive, dialogar sobre eles.

REVICE: Ainda sobre o discurso de negação da política, ele seria uma resposta da própria sociedade, um certo desprezo pela política?

ELEONORA: No fundo, é uma forma de criar identidade com o eleitor. Uma forma que as pessoas têm usado, para se elegerem, é buscarem uma identidade direta com o eleitor. Assim, se o eleitor está dizendo que detesta política, que quer um Estado mais eficiente, que seja mais produtivo, *etc.*, o discurso passa a ser esse e você é eleito. Quando se é eleito, não se

escapa do mundo político: ele é esse, e as pessoas não estão preparadas, mas precisam se preparar para ele. Os especialistas, os técnicos são importantes e possuem sua perspectiva, mas a política é feita de várias perspectivas, e isso só tem um jeito de se fazer, no meu entendimento, que é colocar todos para dialogarem até chegarem a um acordo. Correções de rumos, correções de arestas, para que seja possível um acordo que atenda a maior parte da sociedade. Este discurso do não-político, sim, se encaixa na descrença da população, de modo geral, no mundo da política.

REVICE: Esta aversão do que é político pode interferir na avaliação das políticas públicas?

ELEONORA: De modo geral, nós, brasileiros, nos ocupamos muito pouco do que é público. O que conhecemos da política pública é o que nos afeta diretamente. Quando vamos a um hospital, vemos que faltam consultas, remédios, leitos *etc.* Mas não buscamos entender o processo de formulação desta política e quais são as opções de formatos possíveis. Estamos discutindo a reforma da previdência, mas as pessoas estão entendendo o que é regime de capitalização? Elas sabem que alternativa é esta e suas implicações? Quanto eu preciso poupar em trinta ou quarenta anos da minha vida para viver mais dez anos de forma digna? É um conjunto de informações que a pessoa precisa ter pra entender o que está acontecendo. Ela é maciçamente informada que o Estado está falido, que as futuras gerações não têm futuro, mas ninguém as informa. Então há risco, sim, das pessoas não saberem avaliar as políticas, mas, de toda forma, não temos como tradição o envolvimento nessas políticas públicas.

Temos a experiência, no Brasil, dos conselhos de políticas públicas, experiência esta que alargou bastante a possibilidade das pessoas se apropriarem deste conhecimento, mas, ainda assim, há um número muito pequeno de brasileiros - mesmo que significativo em relação ao que era antes - se apropriando dessas políticas públicas. E, mesmo assim, sempre de forma focalizada: alguns aderem mais à política da saúde, do meio ambiente, da educação e vão entender melhor o funcionamento geral do Estado e da área específica, mas não vão entender as especificidades das outras áreas.

Houve um certo avanço, mas estamos retrocedendo, porque todos estes espaços estão sendo esvaziados e estamos perdendo um potencial de envolvimento das pessoas. E ficamos com um agravante: estamos à mercê da mídia. Sabemos como é a mídia de massa no Brasil: há uma veiculação muito forte com o poder econômico e não temos uma mídia de massa alternativa com o mesmo alcance que as privadas - e estas mídias privadas sempre têm o mesmo discurso. Como se pode fazer qualquer tipo de comparação, sobre o que acontece em

políticas públicas, se as fontes de informação sempre te dizem a mesma coisa? Esta forma de pensar a política apenas como impacto, se se adota o discurso de que a política pública encarece o Estado e coloca em risco seu funcionamento, as pessoas vão aderir a ele. E daqui a pouco, como já está, todo mundo vai estar com um plano de saúde, pagando uma escola particular para o filho, fazendo previdência privada, e por ai vai. E o mercado vai gostar bastante, pois é uma forma de expansão de mercado. No entanto, também há limite de expansão. A política pública que é dita que não funciona e que estimula as pessoas a irem ao mercado consumir só conta com um beneficiário, e certamente, ele não é o cidadão.